

VII

AUTORREPRESENTAÇÃO DE MULHERES REFUGIADAS: ATOS, FATOS, LUGARES E TEMPOS*¹

Cleide Luz Soares Inacio

[...] E não há mais / quem morda a nossa língua / o nosso verbo solto / conjugou antes / o tempo de todas as dores. / E o silêncio escapou/ferindo a ordenança / e hoje o anverso / da mudez é a nudez / do nosso gritante verso/ que se quer ser livre.

Conceição Evaristo

Introdução

Apresento aqui o resultado de um processo investigativo sobre as mulheres negras, pobres e refugiadas por orientação sexual, residentes na região periférica da cidade de São Paulo, no contexto do trabalho etnográfico e de história oral, trazendo informações e reflexões sobre as experiências de vida dessas mulheres. O objetivo era o de analisar como as interseccionalidades de gênero, raça, classe e orientação sexual no contexto do refúgio configuram as vivências situadas no cotidiano de mulheres e em suas experiências de vida prática e subjetiva.

Os trabalhos de campo e a coleta de dados etnográficos foram realizados entre os meses de Novembro de 2017 a Setembro de 2018. A pesquisa foi iniciada com uma entrevista com L.L, moçambicana, refugiada por orientação sexual, residente no Brasil desde 2013, quando participava do evento organizado pelo projeto "Nós Diversos"². Em seguida,

*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.127-140

¹Este texto é fruto da dissertação de mestrado "Guerreiras Afro-Atlânticas: Mulheres Refugiadas Em Busca de sua Outra no Brasil" defendida em 2019 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar-Sorocaba (INACIO, 2018).

²O "Nós Diversos" é um ciclo de debates com os temas LGBTQ+ e feministas, uma parceria da Organização da Parada LGBTQ de Sorocaba, o Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual do Campus Sorocaba da UFSCar, o coletivo Grupo Mandala, a Associação Transgênero de Sorocaba (ATS) e o SESC Sorocaba.

acompanhei mais duas mulheres negras e refugiadas por orientação sexual nos diversos deslocamentos na região central cidade de São Paulo, até o local de residência: A.W e M.K, nacionais de Uganda e da República Democrática do Congo.

Foi possível “tecer”, com os aportes teóricos da sociologia do cotidiano, amparados também pela metodologia de pesquisa etnográfica, os caminhos investigativos construídos neste estudo. Para José Machado Pais (1993, p. 111), “a sociologia do cotidiano passa um pente-fino na paisagem social, em busca dos significantes mais do que dos significados.” Observei a importância da construção de estratégias de observação do cotidiano, tendo as narrativas como matéria-prima para seu desenvolvimento, fundamentando-se na história oral³.

Há um recorte analítico das categorias indissociáveis de gênero, raça, classe e orientação sexual que norteiam a pesquisa e essas categorias se fizeram presentes nas estratégias adquiridas ao longo das experiências vivenciadas pelas mulheres, tanto no país de origem, quanto no país de acolhimento, o que nos direciona para pensar o movimento dessas categorias de análise em constante conflito, pretendendo contribuir não apenas para o campo de estudos de gênero, educação e refúgio, em um viés teórico-metodológico e para formulações de políticas públicas, mas também contribuir para urgência de escuta sensível de vozes e de vidas que se constroem na luta e na resistência: as vidas das mulheres refugiadas por serem mulheres e por não seguirem imposições racistas, sexistas e heteronormativas sobre seus corpos e seus amores.

Olhares e perspectivas sobre as mulheres refugiadas

As mulheres entram em cena num longo processo recíproco de reconhecimentos e subjetividades, percurso que revela uma discussão sobre a autorrepresentação da mulher negra, refugiada por orientação sexu-

³Nos encontros com as entrevistadas foram expostos os objetivos da pesquisa e o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) segundo os preceitos do comprometimento ético no contato com a realidade existencial das mulheres envolvidas na pesquisa. Todas as entrevistas foram realizadas em língua portuguesa. Foram garantidas a confidencialidade da informação e do anonimato e a condição de que só falaria daquilo que desejassem e se sentissem confortáveis para expor. Assim, algumas etapas das entrevistas foram realizadas no espaço público, sendo duas etapas realizadas por videochamada.

al no país de acolhimento. Sua forma de estar e vivenciar as experiências de vida configura o seu “estar-em-si” no mundo que denuncia a condição de não-sujeita em que são colocadas na sociedade brasileira. Inse-rem-se como refugiadas dentro de uma realidade em que representam uma minoria, com programas de proteção, assistência e reassentamento que lhes são destinados devido à perseguição de gênero e outras situações de risco e violência a que estão expostas. Para isso, o Brasil possui legislação específica, a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, conhecida como o Estatuto dos Refugiados que regula as condições de solicitação do status de refugiado e a atuação do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE).

A migração caracteriza-se como um movimento de uma pessoa ou um grupo que atravessa fronteiras políticas administrativas e segue de um país a outro território com o objetivo de viver ali de modo temporário ou definitivo. Este movimento pode ser voluntário ou forçado devido a fatores decorrentes de questões econômicas ou decorrentes de perseguições políticas, de raça, de religião, de sexualidade e de gênero. Quando se é forçado a migrar, caracteriza-se como uma condição de refúgio. Essa definição encontra-se na Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados ou Convenção de 1951 (SCHWINN; COSTA, 2016).

Schwinn e Costa (2016) caracterizam quatro tipos de violências que sofrem as mulheres em situação de refúgio: a) a violência cultural, que inclui a questão religiosa e étnico-racial, podendo provocar um “choque cultural” dificultando a adaptação e a permanência; b) a violência social, que diz a respeito à pobreza, à dificuldade de acesso a serviços públicos e a moradia, dificuldades com a língua do local, a falta de garantia de direitos e do acesso às políticas públicas por sua condição de “estrangeira”; c) a violência psicológica, caracterizada pela perseguição sofrida no país de origem em razão do gênero e que intensifica após sua chegada com o duplo grau de vitimação na condição de mulher e refugiada, aumentando a vulnerabilidade, medo e estigmatização; d) a violência sexual, como o estupro, a exploração sexual e o tráfico para fins sexuais; o assédio no local de trabalho, agressões e assédio. (SCHWINN; COSTA, 2016).

Nancy Green (2011, p. 37) afirma que “a história das mulheres fez o invisível tornar-se visível” e o mesmo ocorre para a história das mulheres refugiadas. Assim, pode-se afirmar que a história das mulheres, como forma visível, é aquela que se põe a aparecer e também aquela potencialmente capaz de (re)significar essa história que se põe a ver. A história das mulheres transcende e se supera, multiplicando-se ao infinito. Sendo as mulheres em situação de refúgio numericamente relevantes, podem contribuir para que esta invisibilidade na história seja contundente e criticamente questionada segundo os movimentos populacionais, ainda mais se forem atreladas às questões de raça, sexualidade e classe (ASSIS, 2007).

Etnocartografia de mulheres refugiadas

Analisando como as especificidades de gênero, raça, classe e orientação sexual, no contexto do refúgio configuram as vivências situadas no cotidiano de mulheres e em suas experiências de vida prática e subjetiva, a pesquisa foi construída na perspectiva de que o trabalho de campo, a observação participante e a escuta atenta são possibilitadores de uma apreensão específica das vivências das mulheres envolvidas, por intermédio de suas biografias e narrativas. Para tomar o cotidiano como perspectiva metodológica apoiou-se na importância da construção de estratégias de observação do cotidiano, sem enquadrá-las em teorias que as aprisionem em conceitos, e se fundamentou na abordagem da sociologia do cotidiano de Pais (1993).

A sociologia da vida cotidiana pode ser caracterizada por uma “lógica de descoberta” que se afasta da lógica do preestabelecido. A meta seria justamente a compreensão da realidade que se observa e que não lhe é acessível. Essa sociologia é uma sociologia “matreira” feita de “ratices” que faz do pesquisador um “interessado por tudo o que seu olhar oblíquo possa agarrar; manter-se ao rés das coisas, mas vê-las todas, numa obstinação miúda e picuinhas” (PAIS, 1993, p. 113).

Para Fonseca (1999), o objetivo da etnografia é o dissipar a oposição entre ‘eu’ e o ‘outro’, de modo que a possibilidade de encontro com o outro possa aproximar a etnografia da cartografia. É possível pensar o

diário de campo como um dispositivo que comporta em suas entrelinhas o desvelar do social, por intermédio da observação e processo interpretativo do trabalho de campo. Segue a perspectiva de Weber (2009, p.157) em que “[...] parte expressiva do ofício do etnógrafo reside na construção do diário de campo. Esse é um instrumento que o pesquisador se dedica a produzir dia após dia ao longo de toda a experiência etnográfica”.

A história oral é a “arte da escuta” (PORTELLI, 2016)que se constitui pelo diálogo que forja a realidade por intermédio de uma interpretação que situa a si mesmo e aos outros no “discurso dialógico” de co-criação, pois tudo é colhido nesse processo em si não aparente, que se estrutura sob uma forma de comunhão, invocando uma aquarela afro-brasileira que compõe os seus gestos testemunhais, como modo de tirar da indizibilidade de suas histórias de vida o espectro do peso inaudito. Nesse contexto, as mulheres serão identificadas pelas iniciais de seus respectivos nomes, pois o anonimato foi um combinado que nos concedeu a liberdade para tecer os fios díspares dessa trama, formando um mosaico de importantes informações para que possamos, enfim, estar em comunhão com elas. Abaixo, a tabela que descreve objetivamente o perfil de cada uma delas:

Tabela 1: Marcadores Sociais: Identificação das Mulheres Entrevistadas.

Nome	País de origem	Idade	Estado Civil	Etnia/Raça	Orientação Sexual	Grau de Escolaridade	Ocupação
A.W	Uganda	28	Solteira	Negra	Lésbica	Ensino Técnico	Vendedora Ambulante
M.K	República Democrática do Congo	37	Solteira	Negra	Lésbica	Superior Completo	Vendedora Ambulante
LL	Moçambique	34	Casada	Negra	Lésbica	Superior Completo	Aux. Adm.

Fonte: Dados referentes à pesquisa de campo.

Corporificando o refúgio x corpo (des)integrado

Dirigir-se para a escuta das experiências vividas das mulheres tem sido apresentado pelos estudos como uma das garantias para que elas saiam do campo da invisibilidade e para que seus direitos como mulheres, suas condições de sujeitas na sociedade brasileira, sejam respeitados. E quando se trata de mulheres negras, este corpo específico no mundo, é

produzir uma escrita que destaca temas pertinentes às suas vidas e resistindo ao apagamento histórico como sujeitas e, assim, afirmar aquilo que hooks (2013) reivindica como uma memória ancestral e de valorização dos traços culturais que subscrevem uma luta coletiva.

As solicitações baseadas no gênero são determinadas por vivências de perseguição, atos de violência sexual, violência doméstica/familiar, planejamento familiar forçado, mutilação genital feminina, punição em razão de uma transgressão dos costumes sociais, e discriminação contra homossexuais. Portanto, é uma violência sobre um corpo, o corpo de mulher, e nas narrativas das entrevistadas, são os corpos de mulheres negras de Moçambique, Congo, Uganda, os corpos de mulheres que amam mulheres. Ainda que elas cheguem ao Brasil, estas mulheres experienciam outros modos de violência por serem mulheres, refugiadas e "lésbicas". Sofrem outros tipos de violência quando encontram pouca ou nenhuma proteção governamental; sofrem abusos (sobretudo sexuais) e estigmatização em razão da condição, que revelam não apenas as "dimensões da violência sofrida pelas mulheres, que tem influência direta sobre o processo de adaptação a uma nova realidade" (SCHWINN; COSTA, 2016, p. 226), mas também revelam corpos e vidas que resistem, sobrevivem, lutam e amam, trabalham e estudam.

L.L - O que o Brasil faz hoje, me ouvindo, as pessoas que estão aqui, que me ouvem me encorajam para que eu lute pelos meus direitos. Pra que um dia eu possa consegui-los no meu país. Assim como eu falo aqui, eu gostaria muito de falar no meu país para as pessoas entenderem que eu sou normal...

M.K - Eu falo aqui, porque eu sei que aqui tem gente de confiança que guarda segredo e aqui, não é igual lá, no meu país, ninguém estuda isso! Falta educação pra tudooooo. É triste né? Aqui a educação que fala sobre o que eu sou, como sou, ajuda a proteger a gente. Lá, não...

L.L - Eu comecei a entender que eu poderia viver sendo eu mesma sem precisar buscar uma identidade que não era a minha... Por isso, que eu vim para o Brasil. Vim para o Brasil para poder viver. Buscar vida! Porque o que eu tava passando no meu país, não era uma situação de alguém que está a viver! [...] Mas, o que me deixa muito a vontade aqui, é o fato de eu poder falar! E as pessoas poderem me ouvir. Eu acho que isso é importante!

L.L - A única opção que nós, temos, é a escola. Quando você tem a escola, o

respeito é obrigatório. Agora se você não tem escola, é difícil. Por isso que muitas pessoas, principalmente a comunidade LGBT, primam por isso. Estudar, ser alguém. Porque sendo alguém, quem vai te apontar?

As representações sobre este corpo no país receptor quando corporificado ao ‘refúgio’ é, certo modo, semelhante à mixofobia que Bauman dizia: “é o medo provocado pelo volume irrefreável do desconhecido, inconveniente, desconcertante e incontrolável.” (2017, p. 15). Assim, a coexistência desses corpos nas ruas da cidade, nos bairros e nos locais de trabalho, tornando-as estranhas e quase sempre mal toleradas. Uma tradição de suspeita do corpo da mulher negra, lésbica e refugiada percorre o imaginário social.

Tendo como horizonte ainda o que afirma bell hooks, sobre “[...] desconstruir proveitosamente a ideia de uma identidade e uma experiência negra monolítica e homogênea”. (hooks, 2013, p. 106), o passado dói fisicamente e subjetivamente quando aproxima estas mulheres com os olhos cheios de presente. As memórias repletas de fronteiras, limites de outrora, que tão brutalmente as distingue de hoje, ofendem, machucam a sensibilidade. E criam outros modos de ver o mundo, ou seja, dos seus olhos existem outras teorias, no sentido da origem etimológica da palavra "teoria", que vem do grego *theoreîn* e que significa "olhar através de".

Perpassar as fronteiras confunde e mistura um sentimento vasto e bom, numa comunhão coletiva multi/pluricultural. Conforme Glória Anzaldúa (2012, p. 99): “Não há um sistema de enunciação em a identidade *mestiza* esteja fechada e determinada, o que há é um processo inacabado que ainda está por ser conhecido.” Assim, nas palavras da autora: “Because I, a mestiza, continually walk out of one culture and into another, Because I am in all cultures at the same time, alma dos mundos, tres, cuatro, me zumba la cabeza con lo contradictorio. Estoy norteadada por todas las voces que me hablan simultáneamente.”

É esta identidade *mestiza* que se constitui no burburinho da cidade de São Paulo, entre o turbilhão de carros e o barulho dos pés e vozes, onde estas mulheres podem ser invadidas por uma terrível solidão que as priva de qualquer sentimento de medo e fragmentação. Elas entoam um canto em dialeto africano e fluem no espaço urbano-caótico. Há uma pu-

jança da força que elas trazem em si. Há, de igual modo, um corpo dignificado para assumir a dignidade afetiva de ser o que elas são: lésbicas. Esse corpo (des)integrado do sistema patriarcal e integrado a uma relação horizontal e não hierárquica as coloca na condição de cúmplices. Incorporar o coletivo é ao mesmo tempo front e artilharia. Os corpos são “refugiados”. Corpos “estrangeiros”. Igualmente, inscritos na vivência urbana, é o Corpo-Cidade-Refúgio que resiste às imposições da heterorreatividade, entendida como um pressuposto de que todos deveriam ser heterossexuais.

Segundo Waner (1993), a heteronormatividade é uma rede instituída e repetida de normas e regras que não podem ser questionadas e devem ser mantidas violentamente, independente de desejos e subjetividades dos corpos e pessoas. É, portanto, a obrigatoriedade compulsória da heterossexualidade, produzindo e mantendo gêneros binários (masculino e feminino) e hierarquizados e afirmando normas que os produzem e regulam através de instituições mais diversas, como a família, a igreja, escola/educação e o Estado, de modo heteroterrorista (BENTO, 2011) ou por meio de uma pedagogia do insulto (JUNQUEIRA, 2014).

L.L - Eu nunca consegui um emprego digno! Mesmo tendo formação superior. Por quê? Porque quando eu fosse para uma entrevista só a minha aparência já era motivo de rejeição na hora! Nenhuma empresa quer um homossexual no seu quadro de funcionários. Uma lésbica! É motivo de quê? Piada. Conversa assim, nos corredores... [...] Na faculdade professores homofóbicos que mandavam piadas eram agressões verbais. Entendeu? Já passei por uma agressão da própria polícia do meu país. Então, são coisas que você para e diz: mas se a própria polícia faz isso, imagina uma pessoa normal na rua. O que, que é capaz de fazer? Entendeu? E tantas outras coisas que eu já passei que eu não precisei mostrar para as pessoas o que tava sentindo... [...] Levei um soco no rosto na rua, por causa da minha aparência...

A.W - Eu perdi pessoas importantes lá, por causa do preconceito. Eu perdi um amigo porque era gay e perdi uma amiga de outra cidade por ser assim, igual “eu”[...] que gosta de mulher. (pausa) [...] Eu vim com ajuda do meu irmão [...] Aqui, eu trabalho e junto dinheiro pra ajudar ele lá...

A.W - No albergue não tinha vaga para ficar, o trabalho tá cada vez mais difícil, então a gente trabalha na rua vendendo o que deu pra comprar de mer-

cadoria. *Aqui, não tem lei que prende uma mulher que gosta e namora outra. Mas, pode ser bem pior [...].*

A.W - Aqui, eu não falo nada. Eu não mostro a minha vida e não falo que gosto de mulher. Lá, tem lei que prende e tem gente que mata. Aqui, matam sem dizer o motivo. É escondido. Por isso, eu não conto pra todo mundo. Aqui, a minha cor, o meu gosto por mulheres e por ser mulher, eu posso morrer. A lei aqui existe? Por que morre tanta gente que é assim, que não aceita viver no modelo homem com mulher? Olha, tem lei mais ninguém garante que eu vou ter direito de ser o que eu sou aqui no Brasil. Aqui, onde a gente mora tem uns africanos que não sabe de mim, se souber me despreza. Os brasileiros também, eles não aceitam, eu vejo isso sempre. Mas, eu não falo de mim pra ninguém.

*M.K- Já era rotina, os alunos nos apontavam nos corredores, xinga- vam, faziam piadas, enfim, a gente tinha medo que eles batessem na gente. Por isso, que não ficamos mais tão próximas. A gente entrava no banheiro e via as pichações contra a gente e contra gays, trans, todo mundo [...]. A gente sabia que as pichações eram para nós... Até que um dia, teve um show sertanejo perto da universidade. A gente tava saindo, tinha uns caras que pareciam ser alunos da engenharia e eles jogaram garrafinhas de água e gritavam: “sapatoná, cadê você? Eu vim aqui pra te f****!” Nós corremos muito, muito, muito aquele dia... Dá pavor só de lembrar...*

M.K- Tínhamos o nosso “cantinho” para ficarmos conversando. Ficávamos perto do muro, em canto discreto ou no pátio próximo de uma escada, para que de um determinado ângulo, não pudéssemos ser vistas. Tratando-se do espaço local, os geógrafos sabem bem como observar e se posicionar fora do ângulo de visão que os incomode. ((risos)) Infelizmente, somos “caçadas” pelos olhares destrutivos de um determinado grupo de pessoas que parecem insaciáveis no quesito perseguição ao diferente. Na ocasião, fomos convocadas na sala do coordenador do curso para sermos orientadas em não ex- por nossos afetos em público. O homem ficou uns trinta (30) minutos explicando o regimento interno, o ordem, o respeito etc

A.W- “Fomos cercada pela milícia política que costuma bater nas pessoas, humilhar, estuprar e muitas vezes, matar.” Eles empurraram a gente e formaram um cerco em volta da gente, fizeram a gente tirar a roupa, humilharam, bateram, puxaram pelo cabelo e, arrastaram pelo cabelo para um canto, enquanto me seguravam no outro canto. Jogaram minha roupa na rua. Gritaram corre! Corre! Eu tive que sair correndo para não morrer. A minha namorada, foi surrada e passou por várias humilhações até ser jogada na rua desa-

cordada [...] Quando ela foi encontrada e socorrida no hospital local, eu fui até lá, tentei conversar mas, ela não respondia. A nossa família nunca aceitou a gente.[...] Tudo era escondido. Eu a visitei todos os dias no hospital. A família dela que bancou as despesas com tratamento e medicamentos. Os médicos disseram que ela tinha trauma. Disseram que a família precisava tratá-la em casa. Já em casa, dias depois, ela se matou...

É certo que, essas vivências são constituídas pelas dores, perdas, dificuldades e que são tratadas aqui, a partir do que Le Breton (2013) inspira, como: “olhar além da dor”. Le Breton aponta para os aspectos contextuais ou situacionais que configuram na manifestação da dor. Assim, a dor não deve ser compreendida apenas como mera regulação sensorial que serve apenas como qualidade de mecanismo de defesa contra as tensões de um mundo frequentemente, desacolhedor e agressivo. Mas, acima de tudo, ter como princípio, que a dor deve constituir um significado afetivo, que introduz um fenômeno fisiológico na consciência moral das pessoas, lembrando-lhes o absoluto valor de sua existência e possível "transcendência", no sentido de superar lugar de coisa, objeto, do *em-si* (BEAUVOIR, 2016), para tornar-se sujeita, protagonista de sua própria história. De acordo com Beauvoir (2016), só existe liberdade quando a mulher alcança a transcendência, quando sai da degradação de si, da sua desintegração como sujeita.

Como pode realizar-se um ser humano na condição feminina? Que caminhos lhe são abertos? Que circunstâncias restringe a liberdade da mulher e quais pode ela superar? São algumas questões que a filósofa nos coloca no seu livro mais conhecido, intitulado O Segundo Sexo. Conhecimento íntimo do poder de transcendência, no sentido beauvoiriano, é o de que essas mulheres entrevistadas não são um produto social, uma invenção do homem e, portanto, elas são aqui, observadas fora da ideologia que supervaloriza a heterocentricidade, a heteronormatividade. As suas histórias narradas, o deslocamento para o Brasil, são as estratégias e táticas da luta para esta transcendência, para o encontro com a liberdade no país de sua outra, que são elas mesmas como sujeitas de suas histórias. Esta é uma luta que não acaba ainda.

A crítica da poetisa Adrienne Rich constata que “essas mulheres

lésbicas estão fora da dominação masculina. De igual modo, a existência lésbica não comporta um modo obrigatório de vivenciar suas experiências de vida. Há, é certo, o lugar de recusa ao patriarcado e constantes atos de resistências.” (1980, p. 36). Assim, enfoca a perspectiva do “*continuum* lésbico” que constitui uma rede de todas as mulheres que de uma ou outra forma se afastam e buscam superar as violentas normas de uma heterossexualidade compulsória, mulheres que não são necessariamente “lésbicas”, mas que tentam criar e fundar suas próprias organizações, suas próprias redes ou formas de resistências, esperanças e de luta contra as violências contra suas vidas, suas subjetividades e corpos. É adjetivado como “lésbico” pela autora porque se coloca fora da heterossexualidade obrigatória e patriarcal imposta a todas as mulheres (compulsoriamente esposas de homens, mães, submissas, recatadas, do lar, o outro ou objeto do poder masculino).

M.K - Saímos de lá, com a sensação de que as pessoas que são contra o relacionamento homossexual, têm uma necessidade enorme de que nós, que somos lésbicas, gays ou trans, temos que nos explicar, nos expor, implorar: “Por favor, nos aceitem.” Ao perceber que nós não faríamos isso, o tal coordenador nos dispensou da sala dele.

L.L - Se eu continuasse em Moçambique, ia chegar num ponto em que me suicidaria. Eu já pensava em suicídio, a Y.H chegou a tentar (se matar). Eu ia esperar que algo acontecesse? Aprendi uma coisa: não vou mais ser submetida a esse tipo de coisa. Fiz isso a vida toda. Deixei que as pessoas fizessem de mim o que elas quisessem. Aqui (no Brasil) encontrei espaço para ser eu mesma, sem tabu, sem nada. Hoje sou uma pessoa mais alegre.

A.W - Quando eu vim morar aqui, por causa de outras mulheres que falaram: tem um lugar bem pequeno que tem vaga e que se eu tivesse trabalho conseguia pagar o aluguel, então eu vim pra cá. Lá em casa, compartilhamos tudo. Lá, ninguém fica sem comer. A gente que é mulher se ajuda...

M.K - Ah, comecei a ter um pouco de esperança, em setembro de 2015, eu participei do I Festival das Diversidades. Esses eventos acontecem fora daqui, em outras universidades e não na universidade que estudo. A gente pode ouvir pessoas que estão na mesma situação. E que fala sim, do que acontece com gente igual a mim e minha na-morada. Foi isso que me deu forças para conseguir sobreviver aqui no Brasil.

Uma das mulheres participantes não se identifica como lésbica, mas relaciona-se afetiva e sexualmente com mulheres; em uma determinada ocasião, uma delas afirmou mesmo que não tivesse solicitado refúgio, seria subjetivamente, refugiada. Nesse caso, “a revelação do social não obedece a uma lógica de demonstração, mas antes a uma lógica de descoberta na qual a realidade social se insinua, conjectura, indicia.” (PAIS, 1993, p. 112). Diante desses atos de resistências que contribuem muito, senão quase que totalmente, para a existência lésbica e a constituição de um ‘*continuum*’ lésbico, que não está condicionado ao corpo em si, mas na empatia, na sororidade e companheirismo em busca de objetivos comuns: os de superação da violência em sua dimensão ética, política e prática que as tornam guerreiras afro-atlânticas, aquelas mulheres refugiadas em busca de sua outra no Brasil, ainda que elas encontrem aqui um país (infelizmente) racista, sexista, homo-bi-les-transfóbico e classista.

Considerações finais

Finalizo este estudo de um contato direto e pessoal com o universo de mulheres negras, lésbicas e refugiadas, com a sensação de ter realizado ao lado delas, uma espécie de *flanerie*, que é o passeio ao ar livre, feito lenta e vagarosamente, conversando, contemplando a beleza e a rudeza da cidade de São Paulo. Munida com um diário de campo nas mãos, como um dispositivo que retém escritos, absorve e assimila a existência dessas mulheres sob um teor testemunhal, notei que a pesquisa-vivência se inscreve na tríade: pesquisadora/texto/cotidiano que me ensinou a ler com outros olhos, provocou um deslocamento na apreensão de que tudo está por acontecer.

A pesquisa de campo de cunho etnográfico possibilitou compreender juntamente com essas mulheres, com suas experiências e seus modos de pensar em que momento a categoria refugiado deixa de ser uníssona e homogênea para então, ser historicizada a partir da perspectiva de gênero, bem como o [re]conhecimento dos lugares de fala dessas mulheres produzindo maneiras de legitimação política e uma visibilidade da própria existência, com o propósito de reconhecer que nesse contexto, elas podem exercer sua cidadania e seus direitos em totalidade.

A imigração não é um problema. A falta de informação, o preconceito e a discriminação são problemas reais e estruturais, que necessitam ser discutidos e combatidos. Desde então, escrever foi uma das tarefas mais difíceis que exerci em minha pesquisa de campo, mas que as vozes ouvidas me trouxeram alento e esperança ao saber da possibilidade de se incorporar a perspectiva de gênero na resposta humanitária, em algumas cidades do Brasil, tornando realidade na proteção de meninas, mulheres migrantes, refugiadas e solicitantes de asilo, pude encontrar forças para continuar. Foi um exercício de escrita final com dores, com esboços de angústia, mas com base na esperança. A escrita aqui é um instrumento de resistir.

Referências

- ACNUR. **Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Diretrizes sobre Proteção Internacional n. 01.** Perseguição baseada no Gênero, no contexto do Artigo 1A(2) da Convenção de 1951 e/ou Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. UNHCR Distr. GERAL, n. 1, p. 1-13, 7 maio 2002a. Disponível em: <<http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9738.pdf?view>>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- ANZALDÚA, Glória. *Borderlands: the new mestiza/La frontera*. 4. ed. San Francisco Aunt Lute Books, 2012.
- ASSIS, Gláucia. O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 15, n. 3, p. 745-772, dez. 2007.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**, v. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BENTO, Berenice. Na Escola que se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 10, p. 58-78, 1999.

GREEN, Nancy. Dos estudos de migração para os estudos de mulheres para gênero. *In*: AREND, Silvia F., RIAL, Carmen S.; PEDRO, Joana M. (Orgs.). **Diásporas, Mobilidades e Migrações**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011. p. 34-42.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir**: educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, D.F, v.7, n. 13, p. 481-498, jul/dez. 2014.

LE BRETON, David. **Antropologia da dor**. São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.

PAIS, José Machado. Nas Rotas do Quotidiano. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 37, p. 105-114, jun. 1993.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**: estudos gays, gêneros e sexualidades. 1980.

SCHWINN, Simone Andrea; COSTA, Marli M. Moraes das Mulheres refugiadas e vulnerabilidade: A dimensão da violência de gênero em situações de refúgio e as estratégias do Acnur no combate a essa violência. **Signos**, Lajeado, ano 37, n. 2, p. 216- 234, 2016.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009.

WANER, Michael. **Fear of a Queer Planet**: queer politics and social theory. Minneapolis/ London: University of Minnesota Press, 1993.